

NOVO

Prestação de contas

Trimestre Fev 2024 - Abr 2024

Adriana Ventura
deputada federal



Destques do Trimestre

Liberdade de expressão foi um assunto importante neste trimestre. Jornalistas internacionais fizeram denúncias e uma audiência pública trouxe pontos importantes para a manutenção desse direito essencial.

Neste sentido, nos discursos, a deputada Adriana Ventura manteve sua atuação cada vez mais firme e presente para defender a nossa liberdade de expressão e a Constituição brasileira.

No Congresso, a deputada trabalhou com êxito pela retirada da urgência do PLP 12/2024 que “regulamenta” o serviço de motoristas de aplicativo. E também impediu que um jabuti de 15 bilhões, escondido no PL do DPVAT, fosse aprovado.

Na educação, a deputada cobrou, com rigor, o documento final do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Educação (MEC) para auxiliar na elaboração do Projeto de Lei do novo Plano

NOVO

Nacional de Educação (PNE 2024-2034). Também descobriu que o GT custou R\$ 496 mil reais aos cofres públicos entre passagens, diárias e eventos.

Pela segurança pública, votou a favor do PL 2253/2022, que é contrário às saídas temporárias de presos. O benefício não será mais concedido em feriados e datas comemorativas.

Ainda no primeiro trimestre, a deputada recebeu o 7º Prêmio Boletim da Liberdade na categoria Melhor Congressista de 2023.



Adriana Ventura
deputada federal



Sessões de Plenário



100%
de presença



28
discursos



58
votações
nominais



23
sessões
deliberativas



Principais votações em Plenário

- **PL 2253/2022:** “PL das Saidinhas”- A deputada votou a favor do projeto, ou seja, contra as saidinhas temporárias. O projeto foi aprovado em março na Câmara, depois sancionado e teve os vetos derrubados no Congresso, proibindo a “saidinha” de presos. Com isso, o benefício não será mais concedido em feriados e datas comemorativas,
- **PL 10.106/2018:** “PL Filas do SUS” - Trará mais transparência para quem aguarda cirurgias, melhora a gestão da saúde brasileira, mantém o registro confiável das pessoas que aguardam cirurgias. A deputada foi relatora na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Saúde.
- **PL 81/2024:** Viabiliza isenção do IR para quem ganha até dois salários mínimos. A deputada

votou a favor, deixando claro que a isenção proposta pelo Poder Executivo não respeitou a promessa de campanha (“estelionato eleitoral”) e apresentou emendas isentando até 5 mil reais, mas esta não foi aceita pelo relatório.

- **PLP 233/2023:** retoma a cobrança de seguro obrigatório de veículos (Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito - SPVAT) que substitui o antigo DPVAT. Proposição tinha um “jabuti” que iria aumentar o limite de teto de gastos do arcabouço fiscal. A deputada conseguiu impedir a aprovação. A deputada votou CONTRA o retorno do DPVAT, mas não conseguiu impedir a sua aprovação.
- **PL 5230/2024 - Reforma do Novo Ensino Médio:** Votou a favor, apresentou emendas que foram acatadas pelo relator: 1. Mais carga horária para os conteúdos relacionados à formação técnica profissional; 2. Manutenção do currículo por áreas de conhecimento para dar flexibilidade às escolas; 3. Possibilidade de que profissionais com notório saber, mas sem licenciatura, possam dar aulas no Ensino Profissional.



Participação em Comissões

Educação

- **PL 1671/2023** - permite que o BNDES financie projetos de sistemas de segurança em escolas. O Substitutivo alterou o projeto original. As escolas públicas continuam a ser beneficiárias. A deputada votou favorável.

Administração e Serviço Público

- **PLP 50/2023** Projeto prevê suspensão de dívidas de estados e municípios com a União. Os entes federativos que forem beneficiados com a suspensão da dívida ficam obrigados, no exercício financeiro seguinte, a aplicar os recursos exclusivamente em ações e serviços de saúde, educação, segurança pública ou infraestrutura viária. A deputada apresentou um requerimento de audiência pública para discutir melhor a proposição e adiar a sua votação, uma vez que o texto propõe uma reestruturação significativa nas relações financeiras entre a União e os entes federativos, considerando

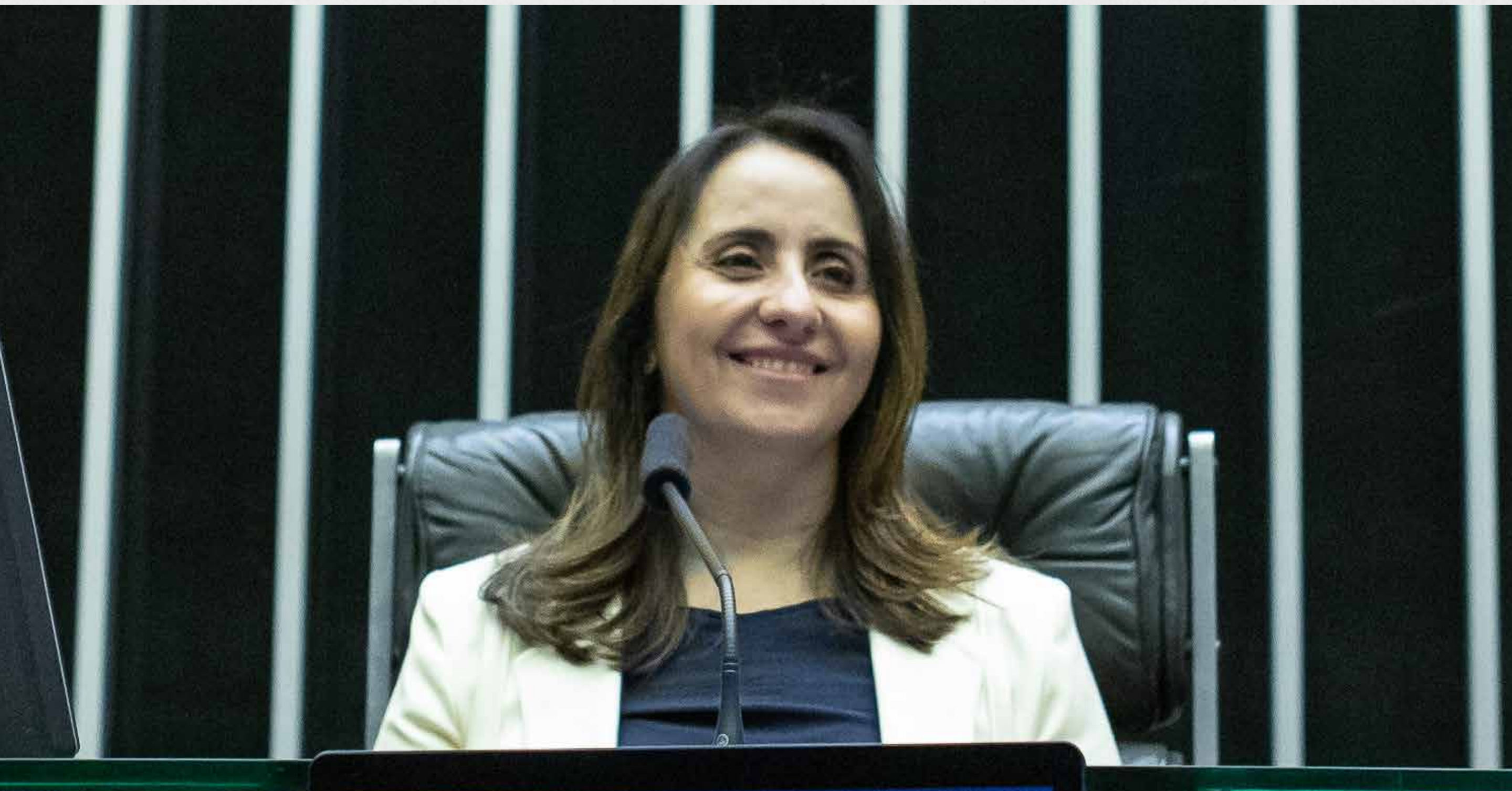
os efeitos dessa redistribuição de recursos no equilíbrio fiscal da União, transparência e a governança do programa.

Constituição e Justiça

- **Projeto de Lei 5531/20**, que altera a Lei de Acesso à Informação (LAI) para permitir que o pedido de informação seja realizado de forma anônima. A deputada é autora; o projeto foi aprovado com a relatoria do deputado Alfredo Gaspar. O projeto protege os solicitantes, permite que o requerente permaneça anônimo, visando proteger aqueles que receiam sofrer constrangimento ou retaliação por exercer um direito fundamental garantido constitucionalmente e por lei.

Saúde

- **PL 320/2022** - Projeto proíbe que os hospitais públicos e filantrópicos terceirizarem exames laboratoriais e de imagem. A deputada foi relatora e apresentou parecer pela rejeição, pois o projeto iria inviabilizar a realização de exames em municípios menores, que não tem condições de ter equipamentos para exames laboratoriais e de imagem e precisam contratar terceiros.



Requerimento de Informação

RIC 5/2024

Requer informações ao Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, sobre o Grupo de Trabalho instituído para a análise dos problemas da educação nacional e a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE, decênio 2024-2034.

RIC 555/2024

Requer informações adicionais à Ministra de Estado da Saúde, Sra. Nísia Trindade, sobre o processo de inclusão de vacinas no Plano Nacional de Imunização (PNI), tendo em vista a resposta da pasta ao Requerimento de Informação nº 2738/2023 e fatos supervenientes ao envio do referido requerimento.

RIC 560/2024

Requer informações adicionais ao Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, sobre o anúncio, promovido em 12 de março, de criação de 100 novos campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

RIC 912/2024

Requer informações ao Ministério das Comunicações solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos e medidas adotados em resposta à solicitação de informações feita pelos interlocutores do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando à retirada do X (antigo Twitter) do ar no Brasil.



Frente Parlamentar

Frente Parlamentar de Fiscalização, Integridade e Transparência (FIT)

A partir de 09/02/2024, a Frente Parlamentar de Fiscalização, Integridade e Transparência (FIT) passou a operar 'a todo vapor'. Foram definidas as organizações da sociedade civil que participam das atividades da Frente e durante o mês de fevereiro elas mapearam as prioridades legislativas. Em março, a agenda legislativa foi consolidada e em seguida aprovada de maneira final na primeira Reunião do Conselho, ocorrida em 04/04.

As informações sobre atividades, agenda legislativa e painéis de fiscalização podem ser encontradas no site oficial da frente

<https://www.frentefit.com.br/>



Proposições Legislativas

PLP 9/2024

Autores: Adriana Ventura - NOVO/SP, Evair Vieira de Melo - PP/ES, Gilson Marques - NOVO/SC e outros

Altera a Lei Complementar nº 4.737/1965 (Código Eleitoral) para estabelecer a Função Regulamentar da Justiça Eleitoral e dá outras providências.

PL 500/2024

Autores: Adriana Ventura - NOVO/SP, Marcel Van Hattem - NOVO/RS, Gilson Marques - NOVO/SC

Altera a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para adiar a obrigatoriedade de publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas.

PL 648/2024

Autores: Adriana Ventura - NOVO/SP, Gilson Marques - NOVO/SC, Marcel Van Hattem - NOVO/RS

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para reforçar incentivos ao melhor desempenho dos profissionais da educação.

PL 776/2024

Autora: Adriana Ventura - NOVO/SP

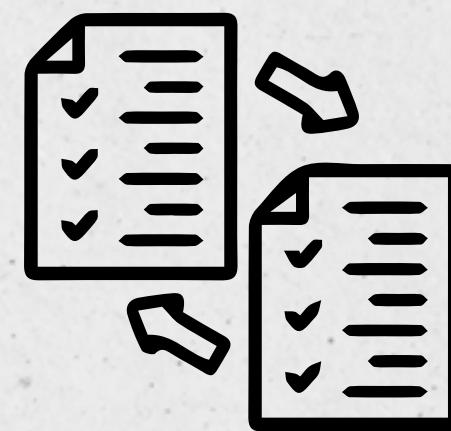
Altera as Leis nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 e nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõem sobre a vacinação obrigatória.



14

Projetos de Lei

(considerados como autora e coautora)



1

Relatório



36

Requerimentos de infirmação



1

Questão de ordem



Entrevistas

Folha de SP (4/3/2024) - Deputada quer dar 'pause' em lei da igualdade de gênero
[Veja a matéria.](#)

G1 (8/3/2024) - Deputadas relatam 40% dos projetos no plenário da Câmara em 2023, mas quase metade ainda relacionada à 'pauta feminina'.
[Leia a matéria.](#)

Folha de SP (22/3/2024) - O sistema de cotas no serviço público deve ser ampliado? NÃO.
[Acesse o artigo aqui.](#)

Estadão (12/4/2024) - A líder do Novo na Câmara dos Deputados, Adriana Ventura (SP), afirmou que o veto de Lula mostrou um “deslocamento do presidente e da alta cúpula petista da realidade do povo que sofre com a criminalidade”.

[Leia a matéria](#)

SPTV1 (16/4/2024) - Entrevista sobre formalização da exigência de vacinação para crianças.

[Assista à entrevista](#)

Valor Econômico (17/4/2024) - Deputada Adriana Ventura faz PDL para sustar projeto que regulamenta Lei da Igualdade Salarial, argumentando que a portaria do ministério criou obrigações que não constavam da lei.

[Leia a matéria](#)

Jovem Pan News (19/04/2024) - Deputada fala sobre grupo de trabalho para discutir projetos que tratam do foro privilegiado.

[Veja a entrevista](#)

NOVO

Economia de Mandato

R\$ 3.678.533,42

(verba de gabinete não utilizada)

R\$ 1.103.618,18

(auxílio-alimentação não utilizado)

R\$ 2.099.317,76

(cota parlamentar não utilizada)

R\$ 72.993,32

(auxílio-mudança não utilizado)

R\$ 267.939,00

(auxílio-moradia não utilizado)

R\$ 311.218,61

(13º salário não utilizado)

R\$ 103.739,54

(1/3 proporcional de férias não utilizado)

R\$ R\$ 794.195,37

(INSS patronal não utilizado)

R\$ 8.431.555,19

NOVO

Verba de Gabinete



Valor economizado em 62 meses:

R\$ 3.678.533,42

A verba de gabinete é o valor destinado à contratação de assessores. Cada Deputado pode usar até **R\$118.376,13** por mês para contratar até 25 profissionais. Em **14 de junho**, a equipe da Deputada contava com 12 assessores. [Saiba mais no site da Câmara dos Deputados.](#)

NOVO

Cota Parlamentar



Valor economizado em 62 meses:

R\$ 2.099.317,76

A Cota Para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) é um valor destinado para manutenção do escritório, transporte aéreo para Brasília e outras despesas de custeio, com o valor de até **R\$42.837,33/mês**. Os gastos são reembolsados mediante prestação de contas.

Valor apurado até **14 de junho**.

[Saiba mais no site da Câmara dos Deputados.](#)

Adriana Ventura
deputada federal



Fale comigo!



Me siga!



Acompanhe!

adrianaventura.com

falecomigo@adrianaventura.com

Adriana Ventura
deputada federal